

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A TRANSFORMAÇÃO DE UMA REALIDADE

NORINHO, Alessandra Borges - PUC – ale.nori@hotmail.com

Resumo

O presente estudo parte da hipótese que com uma educação de qualidade podemos transformar nossa sociedade, de forma a propiciar uma mudança na realidade. Assim sendo, o propósito e a discussão da inclusão escolar e social, dentro de um conceito de educação para a cidadania, objetivam colaborar na preparação da escola, professores e sociedade para a construção de uma sociedade justa e com igualdade de oportunidades. Isto abrange tanto os fatores ligados às necessidades especiais, como fatores cognitivos, afetivos, comportamentais e principalmente os sociais.

Nesse sentido, considera-se importante um novo olhar no currículo escolar, para que o mesmo atenda a diversidade existente em todas as comunidades escolares. Um enfrentamento aos preconceitos e visões de mundo enraizados em nossa sociedade, através de novos valores. Com isto conclui-se estar diante de um novo paradigma na Educação, onde o posicionamento dos profissionais se torna fundamental para essa mudança.

Palavras-chave: Preconceito; Cidadania; Inclusão Escolar e Social, Transformação.

Ai de nós educadores, se deixarmos de sonhar sonhos possíveis! Os profetas são aqueles ou aquelas que se molharam de tal forma nas águas da sua cultura e da sua história, da cultura e da história de seu povo, que conhecem o seu aqui e o seu agora e, por isso, podem prever o amanhã que eles, mais do que adivinham, realizam!

Paulo Freire

Este estudo propõe discutir a inclusão escolar e social, dentro de um conceito de educação para a cidadania, objetivando desta forma, colaborar na preparação da escola, professores e sociedade para a construção de uma sociedade justa e com igualdade de oportunidades, que abrange tanto os fatores ligados às necessidades especiais, quanto os fatores cognitivos, afetivos, comportamentais e principalmente os sociais.

Discutiremos as diversas faces do preconceito, da exclusão social e a educação como prática para a cidadania, que servirá como base para a formação e sustentação da escola inclusiva.

Uma escola inclusiva que respeite a diversidade contemple as diferenças individuais, ofereça experiências de aprendizagem e oportunidades de desenvolvimento conforme as habilidades, interesses e potencialidades de cada aluno. Onde prevaleça a compreensão do mundo e os significados atribuídos a ele. Educar para a cidadania

implica em respeitar o outro, em discutir o preconceito, em aceitar a diferença, em valoriza - lá.

Nossa sociedade ainda traduz atitudes enraizadas do passado, em todo exercício da cidadania e em todas as oportunidades de condição de vida. Não existe igualdade de oportunidades a todos, as pessoas que não correspondem ao padrão “estabelecido” pela sociedade como “correto e normal”, são marginalizadas e colocadas à margem da sociedade e de qualquer oportunidade de crescimento.

O preconceito com as pessoas de classes sociais desfavorecidas é carregado de intolerância, não são aceitas as diferenças de suas características sociais e físicas, que acabam por determinar a forma como serão tratados pela sociedade.

A sociedade constrói seus valores, nem sempre fundamentado na democracia, na justiça e igualdade. Acredita que são corretos e as pessoas que não se “adequarem” a tais valores, serão discriminados. Os modelos de comportamento conceituado como correto são para serem seguidos por todos.

Acreditamos nestes valores criados pela sociedade, sem ao menos refletir no que estão fundamentados, contribuimos para que eles se perpetuem e continuem criando modelos de comportamentos, atitudes discriminatórias, promovendo o preconceito na sociedade.

Segundo Freire (2001), as classes sociais desfavorecidas, as chamadas minorias, precisam reconhecer que, no fundo, elas são as majorias. O caminho para assumir-se como maioria está em trabalhar as semelhanças entre si e não só as diferenças e assim, criando desta forma a unidade na diversidade.

Surge à importância da aceitação do novo, a rejeição de qualquer forma de preconceito ou discriminação. Aceitar o novo, respeitar as diferenças não é um favor que devemos as pessoas, mas sim a conscientização da importância, o valor de cada ser humano. Igualdade não quer dizer que todos devem ser iguais, mas respeitar o princípio de direitos iguais para todos.

Para Freire (2005), qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar, a prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero, ofende a substantividade do ser humano.

Paulo Freire nos ensinou que o conceito de tolerância, não é apenas “tolerar”, como fazer um favor a alguém, mas sim a tolerância como uma virtude do ser humano que convive com o “diferente”, não com o “inferior”.

Portanto, é necessária a reflexão sobre os desafios que a escola enfrenta para incluir e garantir uma educação de qualidade a todos os alunos, independente da classe social, econômica e cultural.

Grande parte dos alunos que freqüentam a escola pública são de famílias carentes, pertencem a uma classe desfavorecida da sociedade e são geralmente os alunos com menor número de oportunidades dentro da escola, conseqüentemente ficam sujeitos a uma série de preconceitos fora e dentro da própria escola e são eles os alunos que apresentam maior necessidade de oportunidade e qualidade na aprendizagem.

Quando os alunos não são incluídos em um sistema de ensino, que garanta seu desenvolvimento formam-se cidadãos com dificuldades para se integrar no mercado de trabalho, sem acesso à cultura, até mesmo sem oportunidade de lazer.

Desta forma a escola, não efetiva uma de suas principais funções, de socializar e integrar os alunos na sociedade.

A exclusão social surge com toda a diferença de classe social, como as diferenças de raça, de religião, de gênero e até mesmo de concepções políticas. Começam no nascimento de uma criança, como as condições inadequadas oferecidas a ela, a pobreza, a falta de estrutura de moradia, as condições precárias de saúde e higiene.

Os processos de elaboração das políticas educacionais provocam a exclusão social no momento em que as classes desfavorecidas possuem pouco recurso para contestar concepções de uma classe elitizada que formulam estas mesmas políticas públicas.

O acesso e a permanência das crianças nas escolas estão garantidos, porém a qualidade necessária nem sempre é contemplada, infelizmente aos alunos pobres é oferecida uma educação do mesmo nível, sem grandes oportunidades e aos alunos que pertencem a uma elite, uma educação com recursos amplos, são preparados para continuar dominando e excluindo.

O princípio de igualdade a qual todos têm direito a qualidade transformou-se em uma utopia, no momento em que apenas tem acesso a este ensino os alunos que possuem condições de financiá-lo, o que podemos caracterizar como uma exclusão incluyente, pois os alunos estão incluídos na educação, porém sem acesso a qualidade desejada e necessária.

A construção de uma política pública deve promover a igualdade entre as pessoas, atender aquelas que se encontram em situação de desvantagem, não apenas prover suas necessidades, de uma forma assistencialista, mas principalmente realizar intervenções

para atingir os processos que resultam na exclusão das mesmas, erradicar as causas que produzem os processos de exclusão.

São necessárias intervenções que promovam a mudança destas questões, favorecendo a conscientização do aluno de seu papel na sociedade, através da reflexão, do conhecimento, e principalmente participando de decisões que envolvam seu desenvolvimento tanto na escola, como em outros espaços.

A exclusão social é invisível aos olhos, e esta é a marca mais visível dos processos de exclusão, as evidências são cruéis e podem ser conferidas nas ruas, nos jornais, na mídia, nas telas do cinema, mas infelizmente, a exclusão perde um certo poder de espanto e indignação em parte da sociedade e desta forma ela esta se normalizando, se transformando em um simples fato, ocultando a característica de um problema.

Quando pensamos incluir, mas com a condição que a pessoa possa conviver, de uma forma inferiorizada, quando proporcionamos a eles uma condição de vida sem os direitos necessários para uma vivência plena na sociedade, estamos segregando e não incluindo. Foi esta forma de exclusão que se tornou normal e conseqüentemente invisível aos olhos da sociedade.

A escola tem a função de contribuir para a formação deste aluno cidadão que poderá incluir ou excluir, na medida em que a escola contribui para tornar visíveis ou invisíveis os processos discriminatórios a qual pessoas são expostas.

O exercício da cidadania compreende a responsabilidade social, priorizando valores morais e não somente respeito às leis e regras, mas principalmente o respeito às diversidades, o direito a igualdade e a justiça. A igualdade entendida como a oportunidade a todos em seu contexto social.

O termo cidadania é muito utilizado em diversos contextos. Em discursos políticos, nos meios de comunicação, na escola e em toda a sociedade. O termo cidadania está vinculado ao direito de votar, aos deveres e direitos de cada cidadão, ao respeito às leis.

Cidadania significa o acesso permanente aos direitos políticos, civis e sociais. Os direitos políticos são relacionados à participação no direito de votar, de participar da democracia do País. Os direitos civis estão interligados com o direito de liberdade, direitos individuais, como a própria liberdade de expressão. Os direitos sociais estão fortemente presentes no propósito deste tema, pois são os direitos referentes às

condições de vida, ao acesso, a igualdade de oportunidades, até mesmo as necessidades básicas, como saúde, moradia, habitação, educação.

Cabe a educação difundir os direitos de todos os cidadãos, não apenas informar porque a simples informação não garantiria a formação da consciência, não tornaria possível o exercício de reivindicar, questionar, refletir, ou seja, exercer sua cidadania. A cidadania desta forma se encontraria em um estado de constante construção, se adequando a realidade e necessidades, um movimento constante de ações sociais baseados nos valores e atitudes, visando os princípios de igualdade.

Podemos entender, a cidadania como a consciência de valores, e as ações exercidas na prática, o que legitima a posição do cidadão. Esta prática é um desafio para o educando perante toda sua vida, não apenas no espaço escolar.

Ao professor compete a responsabilidade de planejar ações educativas coerentes com a formação de sujeitos conscientes e participativos, acreditando no conceito de cidadania no qual vai além do conhecimento de seus direitos e deveres, mas na sua capacidade de intervir, de recriar, de transformar sua realidade.

Criar espaços educativos nos quais favoreça a capacidade do aluno questionar, pensar, oportunizar diversas formas de reflexão, com práticas que efetivem a autonomia, a liberdade, a democracia, tornando-os responsáveis no processo de construção de seu próprio conhecimento.

Para Freire (2005), o homem constrói sua história, não está de passagem pelo mundo apenas para exercer funções predeterminadas, preestabelecidas, estamos no mundo para nele intervir, recriando-o, através da nossa capacidade de aprender, não apenas nos adaptar, mas sim transformar nossa realidade, o destino não nos é dado, mas algo que precisa ser feito e de cuja responsabilidade não podemos nos se eximir.

É urgente a construção da conscientização da cidadania. Existem limitações e dificuldades, como o autoritarismo social, toda esta cultura transferida por gerações. As raízes tão profundas na sociedade brasileira continuam discriminando, produzindo e reproduzindo desigualdades sociais.

Partindo desta conscientização da cidadania, surge a educação inclusiva, que não se refere apenas às pessoas com necessidades educacionais especiais, entende-se por educação inclusiva o processo pelo qual a sociedade se adapta com a finalidade de incluir pessoas e atender a toda diversidade de necessidades educacionais, sociais e culturais presentes na sociedade. Ao mesmo tempo, oferece condições para essas

peças se prepararem para assumir seu papel na sociedade. A educação é responsável, para a conscientização popular, buscando a transformação da realidade.

Esse é um processo no qual a sociedade busca soluções que possibilitem a equiparação de oportunidades entre todos os cidadãos, porém para que a efetivação deste processo ocorra é necessário à conscientização e o compromisso de todos com seus deveres e direitos e que não se transformem estas pessoas em mera massa de manobra para uma falsa luta por igualdade de direitos. A educação é fundamental para a construção desta conscientização política.

Para Freire (2005), a educação deve ser entendida também como uma ação política na qual educador e educando são sujeitos e parceiros na construção do conhecimento, neste sentido a educação deve ser problematizadora, priorizando o diálogo, o respeito, o amor, o ato de criação e recriação, cultivando o pensar crítico trazendo a realidade do educando à sala de aula e a partir dela construir os conhecimentos ao mesmo tempo em que se conscientiza.

A educação pode ser o caminho para a transformação da sociedade, para isso é preciso pensar no aluno como sujeito, auxiliando-o a desenvolver sua visão crítica do mundo para que ele possa exercer suas práticas e desta forma lutar por uma sociedade mais justa para todos.

Uma sociedade em que independentemente da posição econômica, cultural, social, todos tenham acesso a uma qualidade de educação, que favoreça oportunidades e condições de igualdade.

A sociedade está se tornando mais complexa a cada dia: a diversidade aumenta de forma acelerada. Com isso, imperceptivelmente, muda também a forma de compreender o mundo e os próprios semelhantes. É este o novo paradigma que está nascendo: “viver a igualdade na diferença”, “integrar na diversidade”.

O olhar para as pessoas com necessidades educacionais especiais e para toda a diversidade de alunos hoje existentes nas escolas foi se modificando conforme as sociedades evoluíram e criaram sistemas educacionais que buscam favorecer a inclusão social, apesar dos preconceitos ainda existentes.

A educação inclusiva é um direito previsto pela Constituição Federal (1988), mas depende de uma série de fatores complexos e, principalmente, de como a comunidade e a escola compreendem e abrem espaço para sua prática.

A lei, por si só, não é suficiente para promover mudanças profundas quando preconceitos encontram-se arraigados por séculos, fazendo parte de um pensamento coletivo.

Há um caminho no qual a escola tem que percorrer para viabilizar oportunidades de desenvolvimento, crescimento e aprendizagem. São mudanças, transformações pela qual a escola se submete, em busca da qualidade e inclusão legítima de todos os seus alunos.

A escola deve ser vista, como uma instituição voltada para informação e a formação, um espaço que se preocupasse em tornar os alunos mais humanos. Assim entendida, ela representa um lugar favorável a que todos que a procuram possam ser bem vindos a colaborar no trabalho realizado.

O professor necessita olhar para o aluno com olhos de que este tem capacidade de absorver conhecimentos, de aprender, acreditando, que o aluno é capaz. A experiência tem mostrado que o aluno, independentemente dos déficits físicos ou mentais que possa apresentar, é capaz de motivar-se e, conseqüentemente, aprender, o que se revela algo muito importante quando se concebe cada pessoa como gestora da sua própria cognição. A partir dessa visão de construção do conhecimento, podemos acreditar que o ser humano é aberto a mudanças, às renovações, ao aprendizado.

Portanto, seja no aspecto educacional, político ou social, é preciso acreditar nas possibilidades de todas as pessoas, sem distinção. É preciso despertar para a respeitabilidade, a compreensão, a educação e a reabilitação das pessoas com qualquer natureza de necessidades especiais, assumindo uma política de direitos que garantam a todos, oportunidades educacionais, de lazer e de bem estar.

Se a diversidade passa a fazer parte dos ambientes educacionais desde cedo, cria-se um novo clima de participação e cooperação: somos iguais, apesar de diferentes.

Quando o aluno é matriculado em uma unidade educacional, a mesma tem a responsabilidade de planejar suas ações visando atender todas as necessidades deste aluno, não apenas em relação a seus aspectos cognitivos, mas também seus aspectos sociais.

A escola só pode ser considerada inclusiva quando ensina com qualidade a todos os seus alunos, quando respeita a diversidade, estimulando e valorizando a capacidade de cada aluno, e não enfatize as limitações de seus alunos.

A escola é um espaço de negociação para a formação de cidadãos críticos, permitindo que o aluno compreenda melhor o mundo em que vive para poder nele

interferir. O papel do professor é o de possibilitar maneiras para transcender os limites da sala de aula. Trabalhar enfatizando a gentileza, o aprender a ouvir o outro, saber dar opinião, como concordar e discordar, construir sua capacidade crítica a partir de reflexões baseadas na prática e fundamentadas na teoria.

Os alunos transferem estas práticas para suas casas, suas comunidades, seus espaços de convivência, tornando possível a transformação da realidade.

Cabe a escola criar condições para diminuir as desvantagens existentes entre as classes sociais, apoiar as crianças que estão em situação de desvantagem antes mesmo do processo de escolarização. As crianças que pertencem às classes sociais desfavorecidas, na maioria das vezes, não tendem a terem oportunidades de acesso à cultura, a informação, em alguns casos nem mesmo ao lazer. Chegam à escola, sem terem tido acesso a um livro e às vezes até mesmo sem terem desenvolvido a autonomia necessária para seu aprendizado e desenvolvimento. O que resulta em uma desvantagem perante aquela criança que tem acesso garantido a cultura, informação e lazer, que geralmente são bem desenvolvidas e até mesmo usam a linguagem em um nível acima das expectativas para a idade delas.

Para a concretização deste processo, da construção da cidadania, é importante a reflexão: Que aluno a escola quer formar? E repensar o papel do educador.

O projeto da escola deve ser elaborado para explorar o pensamento crítico, para oferecer ao aluno a oportunidade de se constituir como cidadão, propor projetos de intervenções e colaborações na comunidade, operacionalizar espaços em que os alunos se coloquem, repensem seus papéis na sociedade, tenham voz para reivindicar seus direitos, conheçam seus deveres e contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e, principalmente, mais inclusiva.

A transformação nas escolas acontecerá no momento em que todos profissionais envolvidos se conscientizarem de qual é a qualidade desejada quando as mudanças são propostas para a mesma. Serão necessárias reflexões que despertem nos professores quais são as práticas de ensino que auxiliam a ensinar todos os alunos de uma mesma turma, atingindo a todos apesar de suas especificidades, criarem contextos educacionais capazes de desenvolver os alunos em todas suas potencialidades.

A prática pedagógica deve ser repensada, pelos professores e por toda a escola, tendo como eixos a ética, a justiça e os direitos humanos. Lutaremos assim para vencer a exclusão social, construindo uma nova fase de humanização social, contribuindo para a transformação real da sociedade.

O professor que fundamenta sua prática na participação conjunta da construção do conhecimento com seus alunos e que é mediado pelo mundo, consegue compreender as dificuldades e as possibilidades de cada aluno e provocar a construção do conhecimento com maior sucesso. Neste contexto é indispensável o respeito pelo aluno, a sua individualidade sociocultural, a valorização de seus saberes.

Ao ensinar a todos os alunos, é importante mostrar que a heterogeneidade garante o sucesso dos mesmos, reforçando que é no encontro com o diferente que aprendemos. Precisamos ter a consciência de que as turmas são e sempre serão desiguais. É fundamental que o professor reflita com os alunos que a escola é um lugar privilegiado de encontro com o outro e este outro é sempre diferente e por esta razão se torna tão especial.

Nas escolas de qualidade, o ambiente é estimulador e motivador, priorizam tanto os aspectos cognitivos, quanto os afetivos. Tornam-se assim ambientes educacionais em que todos os alunos têm a possibilidade de se desenvolver, realizam parcerias com as famílias e a comunidade. Existe um ensino de qualidade quando as ações educativas se baseiam na solidariedade, na troca, no comprometimento de todos os envolvidos.

Em uma escola para todos, os professores encontram alunos com facilidades ou dificuldades de aprendizagem, para educar alunos com diferentes níveis de desempenho requer que os educadores usem diversificadas práticas de ensino para atender às necessidades de seus alunos. Os professores necessitam descobrir as maneiras possíveis de promover a aprendizagem ativa e efetiva, garantindo os resultados educacionais desejados para todos os alunos da turma. Muitos professores acostumam-se a usar a mesma prática a todos os alunos, uniformizando a turma, esquecendo que cada aluno é único, com suas potencialidades e necessidades diferentes de aprendizagem.

Desta forma, ao incluir os alunos na escola, desprezando suas especificidades, insi-ti-se na inclusão absoluta, sem valorizar as diversidades existentes nas escolas e a padronização acaba por aumentar a exclusão.

A escola que ensine a todos, promovendo a real educação inclusiva requer mudanças profundas e os seres humanos são resistentes as mudanças pelo fato de causar desconforto, por tememos o desconhecido, principalmente quando colocamos em questão atitudes, valores, concepções enraizadas pelo tempo, é preciso oportunidades para refletir sobre as transformações que venham a desestabilizar nossas convicções, inclusive quando as mesmas interferem na prática profissional.

É o saber da história como possibilidade e não como determinação. O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato para não me adaptar, mas para mudar. (FREIRE, 2005, p.77).

É fundamental estar ciente que o processo de mudança está ocorrendo, mas ter o cuidado de não permitir que ele o paralise. Acredita-se que a mudança só pode ocorrer em pequenos avanços e que a aceleração do processo pode fazer com que os indivíduos rejeitem as novas práticas e se tornem ainda mais resistentes à transformação.

A educação não é a alavanca da transformação social, nem sua única responsável, mas sem ela essa transformação não se concretiza, nenhuma sociedade se desenvolve sem o aprimoramento de sua cultura, da ciência, da pesquisa, da tecnologia, do ensino.

Toda a comunidade escolar tem a função de contribuir para a transformação social e esta transformação não está garantida apenas com a construção dos saberes ou quando desenvolve as potencialidades de seus alunos, mas principalmente ao garantir o desenvolvimento da consciência crítica de seus alunos e conseqüentemente da sociedade.

Transformação social que resulte em uma garantia de qualidade social no ensino, diz respeito à qualidade de aprendizagem numa escola que inclua a todos, oferecendo condições de igualdade a todos seus alunos, realizando um trabalho integrado e articulado e conseqüentemente promovendo a inclusão social. Esta transformação requer inovações no currículo, que desperte o interesse e motive os alunos.

Freire (2005) ressalta que é necessário discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante. Estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares e a experiência social que eles têm como indivíduos.

Efetivamos esta interação ao planejar e realizar ações que articulem saberes escolares com as questões vinculadas a realidade da comunidade ao qual a escola pertence, em momentos de discussão e debates com todos sujeitos envolvidos neste processo. Partindo desta forma a construção do currículo das necessidades da comunidade local.

Perguntar-se em torno das relações entre a identidade cultural, que tem sempre um corte de classe social, dos sujeitos da educação e da prática educativa é algo que se impõe. É que a identidade dos sujeitos tem que ver com as questões fundamentais de currículo, tanto o oculto quanto o explícito e, obviamente, com questões de ensino e aprendizagem. (FREIRE, 2005, p.93).

É fundamental estar presente alguns aspectos em relação aos currículos escolares, como quando necessário a criação de adaptações curriculares para atender a diversidade de alunos presentes na escola e a participação dos pais e profissionais em conjunto para articular as ações deste currículo, como garantia dos resultados.

A escola não é um campo exclusivo de reprodução, não é uma instituição totalmente determinada e as pessoas não podem ser espelhos passivos da economia, da sociedade, mas sim agentes transformadores, ativos no processo de produzir cultura e conhecimento. A escola desta forma determina a construção do currículo, ciente de seus significados, e o processo da construção torna-se um ato político.

Ao lutar contra qualquer forma de preconceito, discriminação e injustiça é necessário um fator importante: a coragem para fazer o que é certo, apesar dos desafios e das barreiras que surgem. Conquistamos com esta luta, um sistema educacional forte e eficiente a todos os alunos.

A educação que inclua, respeite, valorize e ofereça oportunidades e acesso a todos seus alunos é o ideal de educação que almejamos. Existe uma alternativa para esta realização, que só depende de cada um de nós, em buscar o caminho que nos leve a realização de nossos objetivos. Valorizar a educação e lutar por ela, não pode ser uma utopia, mas sim nossa realidade.

Numa perspectiva utópica, que é mais forte do que as ideologias, porque não tem nada a esconder. Ela pode ser transparente, sem táticas ou estratégias ocultas. A utopia propõe o retorno à comunidade, onde surgiu a escola. Para realizá-la é preciso que a comunidade defenda-a como defende o acesso aos eletrodomésticos, ao transporte, ao esgoto, ao asfalto, à moradia, ao trabalho... Enfim, que ela defenda a educação como fundamental para a sua qualidade de vida. (GADOTTI, 2004, p.68).

A escola deve ser um espaço democrático de diversidade e pluralidade, baseado no diálogo entre as diferenças e no respeito às especificidades de cada sujeito, um espaço que favoreça a construção da autonomia e principalmente possibilite ao aluno

construir seus saberes, seus significados, e não predetermine a opinião e decisões de seus alunos.

O que se coloca à educadora ou educador democrático, consciente da impossibilidade da neutralidade da educação, é forjar em si um saber especial, que jamais deve abandonar saber que motiva e sustenta sua luta: se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode. Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante. (FREIRE, 2005, p.112)

A educação pode não ser a única responsável, por toda a transformação de uma sociedade, porém são dentro dela que formamos opiniões, cidadãos que em um futuro muito breve irão atuar e interferir no mundo. Os princípios e as bases construídas desde cedo são o que permeia nossos caminhos por toda uma vida de conquistas.

Bibliografia

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de Outubro de 1988. 18. Ed. São Paulo: Saraiva. 1988.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*. Lei Federal nº 9394, de 26/12/1996.

Declaração de Salamanca. Linha de Ação sobre necessidades educativas especiais. OREAL/UNESCO. Brasília: CORDE, 1994

CORTELLA, Mario Sergio; *A Escola e o Conhecimento: Fundamentos Epistemológicos e Políticos*. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. *Não Nascemos Prontos! Provocações Filosóficas*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005

DELORS, Jacques (Coord.). *Os quatro pilares da educação*. In: *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez, 1998.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

_____. *Pedagogia da Esperança*. Rio De Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. *Professora Sim Tia Não*. São Paulo: Olho D'água, 2005.

GADOTTI, Moacir. *Escola Cidadã: uma aula sobre autonomia da escola*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Diversidade Cultural e educação para todos*. São Paulo: Graal, 1992.

_____. *Perspectivas Atuais da Educação*. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

MORIN, Edgar. *Os Setes Saberes necessários à Educação do Futuro*. São Paulo: Cortez, 2002.